



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

WILZA BORGES DE SOUZA

**ENTRE A DOCÊNCIA E A DISCÊNCIA:
Experiências, olhares e percepções do ProEMI na Escola Estadual Senador
José Gaudêncio em Serra Branca – PB.**

**SUMÉ - PB
2016**

WILZA BORGES DE SOUZA

**ENTRE A DOCÊNCIA E A DISCÊNCIA:
Experiências, olhares e percepções do ProEMI na Escola Estadual Senador
José Gaudêncio em Serra Branca – PB.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do
Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciada em
Ciências Sociais.**

Orientadora: Professora Dra. Maria da Conceição Gomes de Miranda.

**SUMÉ - PB
2016**

S729d Souza, Wilza Borges de.

Entre a docência e a discência: experiências, olhares e percepções do Proemi na Escola Estadual Senador José Gaudêncio em Serra Branca – PB. / Wilza Borges de Souza. Sumé - PB: [s.n], 2016.

58 f.

Orientadora: Professora Dra. Maria da Conceição Gomes de Miranda.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Ensino integral – Serra Branca - PB. 2. Currículo. 3. Prática pedagógica. I. Título.

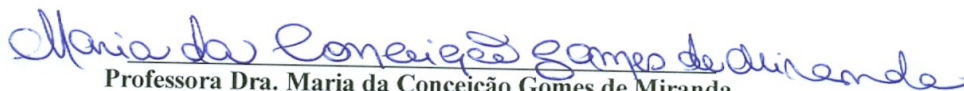
CDU: 37(043.1)

WILZA BORGES DE SOUZA

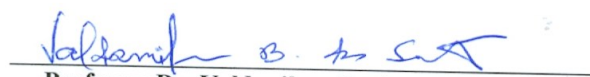
**ENTRE A DOCÊNCIA E A DISCÊNCIA:
Experiências, olhares e percepções do ProEMI na Escola Estadual Senador
José Gaudêncio em Serra Branca – PB.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do
Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciada em
Ciências Sociais.**


BANCA EXAMINADORA:



Professora Dra. Maria da Conceição Gomes de Miranda.
Orientadora – UAEDUC/CDSA/UFCG



Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.
Examinador I – UAEDUC/CDSA/UFCG



Professor Dr. Wallace G. Ferreira de Souza.
Examinador II – UAEDUC/CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 01 de junho de 2016.

SUMÉ - PB

Dedico este trabalho aos professores e alunos da E.E.E.F.M Senador José Gaudêncio, suas vozes refletiram opiniões significativas para a concretização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, pois sua presença constante me conduziu firme e não vacilante. Obrigada por tudo quanto vi, ouvi e aprendi.

Agradeço aos meus pais, irmãos e filha, que se esforçaram me dando apoio, segurança e acima de tudo a compreensão nos momentos de ausência.

Aos anjos sem asas que cruzaram o meu caminho neste percurso formativo que é a vida, Vilma de Almeida, João Pedro Diniz, Rafael Ferreira, Luciana Souza, Valtércio Neves e Thereza D' Àvila muito obrigada. Com vocês aprendi o real significado da palavra amizade, da qual se estreitou criando laços de irmandade.

Aos companheiros de graduação Antônio Josinaldo, Maria Katiane, Alexsandra Tavares, Maria José Ferreira, Flávia Antonino e Laudilina Mesquita obrigada, juntos compartilhamos momentos de aprendizagem através do conhecimento que nos foi ofertado, não menosprezando as alegrias que nos foi proporcionada dentro e fora da Universidade. Esses momentos ficaram registrados em minha memória enquanto vida eu tiver.

Aos mestres Valdonilson Barbosa, Sheylla Galvão, Sônia Maria Lira e Idelzuíte, bem como todo corpo docente do Curso de Licenciatura de Ciências Sociais a minha sincera homenagem. Vocês me fizeram pensar, raciocinar e questionar saibam que suas palavras jamais irão se perder no tempo, pois estarão sempre presentes em minha jornada.

A minha professora e orientadora Maria da Conceição Gomes de Miranda o meu obrigada. Obrigada pela confiança e paciência, sua dedicação foi de grande importância na minha formação acadêmica, externo aqui os meus sinceros votos de boa sorte nesta nova etapa da vida que é a Maternidade.

As professoras Aracele Gomes e Kátia Carina Mesquita da Cruz, ambas coordenadoras do PIBID/SOCIOLOGIA muito obrigada. Suas contribuições e considerações foram relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Ressalto também meus agradecimentos a todos os funcionários do CDSA, dos quais sempre foram prestativos e respeitosos para comigo e, portanto, a todos que participaram desse período tão importante de minha vida.

“Procure dar tudo de si em cada pequena coisa, assim
você se preparará para fazer grandes coisas”.

PETER Mc WILLIAMS

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre os desafios iniciais da implantação e acomodação do Programa de Ensino Médio Inovador (ProEMI) na Escola E.E.E.F.M Senador José Gaudêncio, localizada no município de Serra Branca/PB. O ProEMI é um programa do Governo Federal que visa à ampliação do tempo na escola a partir da introdução de novas práticas pedagógicas no Ensino Médio. A finalidade da pesquisa foi diagnosticar as condições de aceitação desse programa no âmbito escolar na visão de professores e alunos. Para tanto esta análise realizou-se durante as atividades do Programa de Iniciação a Docência (PIBID/SOCIOLOGIA) e a metodologia aqui aplicada foi um estudo de caso mediante abordagem qualitativa com aplicação de questionários aos sujeitos que participaram desta nova fase de reestruturação do ensino. As conclusões do trabalho indicam que, a avaliação do programa é positiva por parte da maioria dos alunos e professores. Todavia, a implantação desse projeto teve seus pesos e contrapesos haja vista que faltaram esforços e reais investimentos do governo, pois houve atraso no repasse de verbas da merenda escolar, bem como na falta de infraestrutura da escola, contudo as necessidades iniciais foram superadas e o programa conseguiu ser efetivado na escola.

Palavras – chave: Ensino médio inovador. Currículo. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This research presents a study about the initial challenges of deployment and accommodation of Program High School Innovator (ProEMI) at the State School Senador José Gaudêncio, located in Serra Branca/PB. The ProEMI is a federal government program aimed at expanding the time at school from the introduction of new teaching methods in high school. The purpose of this research was to diagnose the conditions of acceptance of this program in school in teachers and students' views. Therefore Initiation (PIBID/SOCIOLOGY) and the methodology applied was a studying case using qualitative approach with questionnaires to subjects who participated at this new phase of restructuring of education. The research conclusions indicate that the program evaluation is positive for the majority of students and teachers. However, the implementation of this project had its checks and balances given that lacked effort and real government's investment, because there was a delay in the transfer of funds from school meals, as well as lack of school infrastructure, however the initial needs have been overcome and the program could be made effective at school.

Keywords: Innovative high school, Curriculum, Teaching practices

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Divisão das turmas na escola.....	25
Quadro 2	-	Notas do Índice de Desenvolvimento da Educação.....	25
Quadro 3	-	Motivos para estudar na escola.....	30
Quadro 4	-	Estudar no ensino médio integral?.....	30
Quadro 5	-	O que mais gostou no PROEMI.....	31
Quadro 6	-	Sobre a qualidade de ensino.....	32
Quadro 7	-	Sobre a frequência das habilidades de dança e música antes e depois do PROEMI.....	33
Quadro 8	-	Aspectos negativos do ProEMI na escola?.....	34

LISTA DE SIGLAS

CDSA – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

CEE- Conselho Estadual de Educação

CF- Constituição Federal

CEFAMS - Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

CIEPS - Centros de Educação Pública

DCNS - Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio

DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

E.E.E.F.M - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EM - Ensino Médio

FHC - Fernando Henrique Cardoso

IDEB - Índice do Desenvolvimento da Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MESP- Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

PB - Paraíba

PCNS - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola

PIBID – Programa de Iniciação a Docência

PME- Plano Municipal de Educação

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROEMI - Programa de Ensino Médio Inovador

PROFIC- Programa de Formação Integral da Criança

SEE- Secretaria de Educação do Estado

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1	UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	13
2.2	AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS OCORRIDAS NO ENSINO MÉDIO NA DÉCADA DE 1990.....	15
2.3	O QUE É PROGRAMA DE ENSINO MÉDIO INOVADOR?.....	17
2.4	COMO É ENTENDIDO O PROEMI NO CURRÍCULO?.....	18
2.5	DO APOIO TÉCNICO-FINANCEIRO E DA INFRAESTRUTURA PARA ACOMODAÇÃO DO PROEMI.....	20
2.6	ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO.....	21
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
3.1	TIPO DE ESTUDO.....	23
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	23
3.3	LOCAL DE ESTUDO.....	23
3.4	COLETA DE DADOS.....	26
3.5	TRATAMENTO DE DADOS.....	27
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
4.1	ANÁLISE DE QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS.....	28
4.2	ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES.....	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	47
	APÊNDICE A - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA.....	49
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	51
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES.....	53
	APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS.....	55

1 INTRODUÇÃO

O estudo ora apresentado é resultado da experiência vivenciada enquanto graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Sociais (UFCG/CDSA), do qual como bolsista do Programa de Iniciação a Docência (PIBID/SOCIOLOGIA), promoveu o contato inicial com as práticas pedagógicas no interior da E.E.E.F.M. Senador José Gaudêncio, localizada no município de Serra Branca, cariri ocidental do Estado da Paraíba.

Fazer um diagnóstico da escola foi uma das primeiras atividades desenvolvidas pelo grupo de bolsistas. Neste diagnóstico estavam inseridos os seguintes temas: Biblioteca Escolar, Merenda Escolar, Gestão Democrática e Grêmios Estudantil, Corpo Docente e Discente, Espaço Físico Escolar e por último o Programa de Ensino Médio Inovador (ProEMI). A partir dessa atividade vivenciada no âmbito do PIBID/SOCIOLOGIA, surgiu o interesse em analisar e compreender os desafios advindos da implantação desse Programa, assim como a aceitação do mesmo no espaço escolar.

No desenvolver da pesquisa procurou-se entender o que de fato era este novo Ensino Médio, e através do Documento Orientador do ProEMI (SEE-PB, 2013), compreendemos que o Programa de Ensino Médio Inovador, é uma política educacional proposta pelo MEC, e foi instituída pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009.

Vale ressaltar que este programa integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o mesmo documento ainda define esta política como estratégia do Governo Federal para induzir uma nova formulação dos currículos, na qual, visa à ampliação do tempo na escola.

Neste sentido conforme a meta 3 do Plano Nacional da Educação citado no DOCUMENTO ORIENTADOR ProEMI/ MEC, (BRASIL, 2014) estabelece, a universalização do Ensino Médio, já prevista na CF/88 Art. 208. Esta expansão destina-se até 2020 para jovens entre 15 e 17 anos, prevendo a taxa líquida de 85% de atendimento para essa faixa etária. Para tanto, no quesito das políticas educacionais esta meta é um grande desafio para o governo, e de acordo com o MEC, (BRASIL, 2014) ela propõe ações conjuntas com Estados e o Distrito Federal, além de oferecer condições necessárias à melhoria da qualidade nesta etapa da Educação Básica.

A problemática que entrelaça minha inquietação se monta a partir da seguinte questão: Quais os desafios da implantação e acomodação do ProEMI na E.E.E.F.M Senador

José Gaudêncio? Será que este Ensino Médio pode ser considerado mesmo INOVADOR? Mediante problemática é também oportuno observar não apenas os objetivos desta política, como também identificar quais foram às percepções que professores e alunos expressaram sobre este novo Ensino Médio, além de entender como se desenvolveu o planejamento pedagógico dos professores neste período de adaptação do ProEMI.

Dito isso, devemos percorrer alguns caminhos, e dessa forma contextualizar através de um breve histórico sobre a formação do Ensino Médio no Brasil, as mudanças ocorridas no decorrer do tempo para desta forma entendermos o porquê da implantação desta política denominada ProEMI.

Portanto, permear sobre o tema em questão instigou-me desde o início, quando da minha trajetória acadêmica realizei os estudos preliminares sobre esta nova política educacional. Sendo assim, é perceptível que o Ensino Médio passou por uma série de mudanças, das quais estaremos a discorrer nesta pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Para compreendermos as políticas e programas educacionais presentes no Ensino Médio, torna-se relevante resgatá-lo historicamente, buscando, assim perceber, as mudanças ocorridas ao longo do tempo e como esta modalidade de ensino foi sendo construída. É válido ressaltar que no decorrer deste trabalho a terminalidade Ensino Médio estará sendo identificada a partir da sigla EM presença significativa neste estudo.

Nossa discussão preliminar se monta a partir do ensino primário e secundário no Brasil (Século XIX), do qual segundo Aranha, (2006), afirma existir uma dualidade de sistemas, que era prejudicial à Educação, visto que, o sistema de tributação do Brasil não investia na construção de escolas tampouco na formação de professores. Para tanto a autora ainda nos chama a atenção nos seguintes pontos: “A descentralização do ensino com o Ato Adicional de 1834, onde a educação da elite ficou a cargo do poder central e a do povo, confiada às províncias, e a não vinculação entre os currículos” (ARANHA, 2006, p.224).

Diante do exposto percebe-se a pouca atenção destinada à Educação neste período, pois o papel do currículo na escola elementar não tinha grande significação, transferindo ao ensino superior à tarefa de escolher as disciplinas do ensino secundário. Desta forma é possível entender que “o ensino secundário se desenvolvia sob uma perspectiva propedêutica, ou seja, de terminalidade formativa para a inserção dos jovens no ensino superior” (VIVEIROS JUNIOR, 2013, p. 21). No ano de 1930 novas exigências educacionais aparecem em decorrência da Revolução Industrial. Como podemos ver a seguir:

Nos dez primeiros anos que se seguiram, houve um desenvolvimento do ensino jamais registrado no país. Em 20 anos, as escolas primárias dobraram em número e as secundárias quadruplicaram. As escolas técnicas multiplicaram-se de 1933 a 1945, passaram de 133 para 1.368, e o número de matrículas, de 15 mil para 65 mil (LIBÂNEO *et al.*, 2003, p.13).

A partir da Revolução Industrial de 1930 podemos nos deter em dois pontos: primeiro o crescimento das indústrias, e segundo a explosão demográfica característica deste período. Sendo assim, é notório que, a organização educacional brasileira antes vista como ineficiente e desorganizada precisava acompanhar os avanços da sociedade, que vinha reafirmando as propostas do século XIX, das quais se destaca a questão do direito à educação,

a intervenção do Estado em proporcionar uma escola pública e gratuita, além da obrigatoriedade do ensino. Este foi um período característico do governo de Getúlio Vargas do qual Aranha, (2006) descreve haver oposição existente entre liberais e conservadores nas décadas de 1920 e 1930. De um lado os conservadores defendiam a pedagogia tradicional e do outro os liberais defendiam a Escola Nova que tinha como idealizador Anísio Teixeira, pioneiro na criação da escola pública em tempo integral.

No governo Vargas de 1931 a tomada de consciência perante a educação ganha força e a primeira tentativa de inserção de um plano educacional no Brasil acontece:

O Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (Mesp) tencionava a reformulação da política educacional com base pedagógica renovada. Foi redigido em atenção ao pedido de Vargas, na IV Conferência Nacional de Educação (1931), para que os intelectuais ali presentes contribuíssem para a elaboração de uma proposta educacional, que seu governo não possuía. Em linhas gerais o manifesto defendia uma escola pública obrigatória, laica e gratuita, que eliminasse o espírito livresco da educação em vigor e adquirisse aspecto mais prático, profissionalizante, aberta a todas as classes sociais, a fim de construir cientificamente o País, na perspectiva da racionalidade científica. (LIBÂNEO *et al.*, 2003, p.154, 155).

Neste sentido é possível entender que o governo da época deteve certo interesse sobre a Educação do país, visto que, não havia proposta educacional atuante neste período. Desta forma a participação política e educacional dos intelectuais no Movimento dos pioneiros da Educação (Mesp) despertava a atenção para uma base pedagógica renovada defensora de uma escola pública e gratuita, a qual atendia todos os níveis sociais favorecendo o crescimento profissionalizante no Brasil.

Em 20 de dezembro de 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 4.024, da qual segundo Silva, (2013) teve por finalidade organizar os sistemas estaduais de ensino em um conjunto de elementos distintos e interdependentes como órgãos e escolas que passam a integrar as incipientes redes de educação. Ademais na década de 1970 assistimos a introdução do Ensino profissionalizante a partir da Lei nº 5.692/71.

Com a sanção da referida Lei é compreendido o seguinte: que a formação destinada aos educandos estava por proporcionar uma escola profissionalizante, da qual o educando ao termino do Ensino Médio sairia com uma profissão, pois, diz o artigo 1º da Lei nº 5.692/71 que, “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorealização,

qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania” (ARANHA, 2006, p.318).

Portanto, a Lei do Ensino Profissionalizante não surtiu os efeitos esperados, surgindo assim à necessidade de haver uma “reestruturação dos cursos de formação de professores de grau superior (Pedagogia e Licenciatura), bem como do curso Secundário, habilitação Magistério” (ARANHA, 2006, p.322). Esta reestruturação promoveu também transformações em algumas partes do país¹.

2.2 AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS OCORRIDAS NO ENSINO MÉDIO NA DÉCADA DE 1990

Anteriormente voltamos nossa atenção para o funcionamento do ensino secundário no Brasil, este ensino que tinha como característica a formação do estudante para o curso superior. Além disso, outros pontos também foram abordados: a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases LDB de 1961 e a Lei nº 5.692/71, das quais, não iremos nos deter em questionamentos, e sim norteá-las na história visto que, as mesmas já foram discutidas neste estudo. A partir de agora avançaremos um pouco para entendermos as mudanças educacionais ocorridas na década de 1990.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi, (2003) a modernização educativa e a qualidade do ensino na década de 90 criaram novos moldes a partir das propostas neoliberais, das quais incluía como exigência a formação do trabalhador. Com efeito, estas propostas assumiram dimensões descentralizadoras.

A descentralização, nesse caso, não apareceu como resultado de maior participação da sociedade, uma vez que as ações realizadas não foram fruto de consultas aos diversos setores sociais tais como: pesquisadores, universidades, professores, sindicatos, associações e outros, mais surgiram de decisão preparada desde a campanha eleitoral (LIBÂNEO *et al.*, 2003, p.140).

¹ Plano Mineiro de Educação (1984/87), 31 escolas foram transformadas em Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério; (Cefams); Programa de Formação Integral da Criança (Profic), São Paulo-1988, Centros de Educação Pública (Cieps) criado na gestão do educador e pedagogo Darcy Ribeiro secretário da Educação do governo de Leonel Brizola, Rio de Janeiro (1980/90). Vale reportar que os Cieps foram Centros educacionais criados na perspectiva de ampliação e permanência dos alunos na escola, ou seja, permanência em escolas de tempo integral.

Há de se entender que as propostas educacionais implementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso não tinham como foco principal a opinião pública e sim o reafirmamento das decisões apresentadas em sua campanha eleitoral, das quais se detinham na descentralização, ou seja, esse descentralizar consistia em delegar pessoas responsáveis para gerir cargos ou setores na Educação, porém o que de fato acontecia era uma administração de caráter centralizador, do qual o Ministério da Educação continuava por deter o poderio central da Educação brasileira.

Costa (*apud* SILVA, 2014, p.20) ressalta que “a educação nesse contexto, é (re) organizada em face de uma lógica de ajuste estrutural do Estado e influência de organismos internacionais, que, buscam intervir no delineamento das políticas educacionais brasileiras”. Neste sentido Viveiros Junior, (2013) afirma que “ainda na década de 90 surgem quatro políticas importantes, a LDBEN² nº 9.394/96, o decreto-lei nº 2208/1997, as DCN’s³ e os PCN’s⁴”. Ademais na perspectiva deste autor é entendido que:

A LDBEN, legislação que aprofunda as distorções já existentes no tocante ao EM, da maneira como o concebe e desenvolve o currículo. Diferente do Ensino Profissionalizante, de curta duração e, por conseguinte, de rápida inserção no mercado de trabalho, o EM de concepção humanística é extenso e enciclopédico. O decreto-lei nº 2208/1997 resgatou o modelo dual, separando o Ensino Médio, com características de formação geral do Ensino Profissionalizante, com formação técnica e, portanto, mais voltado para atender a demanda do mundo do trabalho (VIVEIROS JUNIOR, 2013, p.25).

É notório haver a presença do dualismo entre a LDBEN e o Decreto-Lei nº 2208/1997, pois a primeira esta ofertando uma formação geral com características humanísticas, e a outra voltada na formação específica para suprir as necessidades na produção do trabalhador através do ensino técnico.

Dessa forma ao final deste tópico podemos entender que, as propostas neoliberais da década de 1990 destacaram-se por repassar uma aparente autonomia às escolas, contudo o que realmente aconteceu foi o aumento na sobrecarga de trabalho na administração escolar. Não distante disso, é possível perceber que nos dias atuais a responsabilidade administrativa da

² LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

³ As DCN’s para o EM são diretrizes destinadas para a organização curricular por meio de áreas do conhecimento e trazem à baila os conceitos de interdisciplinaridade e contextualização dos conteúdos a serem ministrados.

⁴ Os PCN’s têm como objetivo principal estabelecer parâmetros nacionais de currículo para as escolas públicas federais, estaduais, municipais e privadas, com o argumento de que nosso país é continental, referindo-se à sua extensão territorial e, por isso, o MEC estabeleceu orientações para o funcionamento das escolas.

Educação no Brasil continua reafirmando o caráter neoliberal de 1990, a partir da implantação do Programa de Ensino Médio Inovador, do qual estaremos a discorrer a seguir.

2.3 O QUE É PROGRAMA DE ENSINO MÉDIO INOVADOR?

Na esteira das propostas neoliberais do governo FHC, o descentralizar da máquina administrativa na Educação continuou se reafirmando no governo Lula. Por parte do Ministério da Educação (MEC), o Programa de Ensino Médio Inovador - ProEMI, foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, no qual integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Está é uma estratégia do Governo Federal para induzir uma nova formulação dos currículos, na qual, visa à ampliação do tempo na escola e a diversidade de práticas pedagógicas, a fim de atender às atuais demandas do Ensino Médio.

Historicamente Moll (*apud* LIMA, 2013, p. 03) avalia que “os idealizadores desta estratégia de ensino são Anísio Teixeira, com as Escolas-Parque nos anos de (1940/1960), e Darcy Ribeiro com os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), 1980/1990”. Sendo assim, é perceptível que o Programa de Ensino Médio Inovador é uma ideia que aos poucos foi sendo construída, tendo como fins promover o diferencial nas escolas com a nova proposta de reestruturação dos currículos escolares, trazendo a “Inovação”, na qual dinamiza as aulas fixando a atenção dos educandos e a promoção estimuladora do conhecimento. Vale salientar, que a execução deste programa passa por varias etapas até chegar a sua efetivação, neste sentido a citação abaixo irá compor este raciocínio.

Para a efetivação desse projeto, é necessária a junção de vários segmentos educacionais: a Secretaria de Estado da Educação, as Gerências Regionais do Estado e as escolas. Também é necessária uma articulação dos Estados com o Governo Federal, pois é importante lembrar que as atribuições das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica estão articuladas ao sistema de educação Integral, onde as bases que dão suporte ao projeto nacional de educação passam a ser responsabilidade do poder público. A busca pela igualdade de condições e O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, oferece ações educacionais complementares e atividades que incluem cultura, esporte e lazer, sendo contempladas as redes nas esferas estaduais e municipais. Para o desenvolvimento das atividades propostas, o Governo Federal repassa recurso financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para custear os gastos com materiais de consumo e para ressarcimento de monitores (LIMA, 2013, p.4).

Notoriamente percebemos os caminhos que o ProEMI percorre para sua execução, é a junção do Governo Federal, Estados e Municípios sem contar com outros segmentos que

contribuirão para o desenvolvimento e permanência deste programa na escola, porém destacaremos na seção a seguir o papel do currículo e a sua centralidade no referido Programa.

2.4 COMO É ENTENDIDO O PROEMI NO CURRÍCULO?

Antes de entendermos a dimensão do currículo no ProEMI é válido ressaltar algumas considerações sobre o mesmo. Segundo Moreira e Candau, (2008) o currículo são experiências escolares que se estendem em torno do conhecimento, em meio às relações sociais, trazendo contribuições para a formação de nosso (as) estudantes.

Na visão dos autores o currículo esta associado ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. Ademais o currículo é segundo Veiga, (2004), um grande colaborador da construção organizacional de uma escola, pois sem organização e planejamento qualquer que seja a instituição de ensino não alcançará resultados satisfatórios.

Neste entrelaçar quais as percepções que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) dirigem sobre o currículo?

Destaca-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio apontam que as propostas curriculares deverão contemplar os seguintes aspectos: as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixos integradores entre os conhecimentos de distintas naturezas; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador e; a sustentabilidade socioambiental como meta universal (BRASIL, 2014, p. 07).

Portanto, é compreendido que segundo as DCNEM o currículo deve ser bem elaborado, do qual deve integrar as dimensões de trabalho, ciência, tecnologia e cultura aos eixos de conhecimento pesquisa, direitos humanos e sustentabilidade socioambiental.

A proposta de redesenho curricular apresentada pelo ProEmi, não diminui o currículo proposto pelas escolas, pelo contrário ele adequa suas ações as respectivas atividades.

O Projeto de Redesenho Curricular (PRC) deverá atender às reais necessidades das unidades escolares, promovendo melhorias significativas e garantindo o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes, reconhecendo as especificidades regionais e as concepções curriculares implementadas pelas redes de ensino (BRASIL, 2014, p. 04).

O fortalecimento inovador das propostas curriculares do ProEMI, tem por diferencial a implantação de ações que poderão ser estruturadas em diferentes formatos tais como: disciplinas optativas, oficinas, seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campo e demais ações interdisciplinares. Precisamos entender que estas ações só poderão se realizar quando houver uma organização no Projeto de Redesenho Curricular (PRC) da escola, sendo assim as áreas de conhecimento deverão ser organizadas a partir de macrocampos.

Os Macrocampos se referem ao “conjunto de atividades didático-pedagógicas que estão dentro de uma área de conhecimento, percebidas como um grande campo de ação educacional e interativa” (BRASIL, 2011, p.14). Em outras palavras estas ações são diversificadas e qualificam o currículo escolar conforme podemos ver a seguir:

- Leitura e letramento: Este macrocampo precisa estar intrinsecamente relacionado a todas as áreas do conhecimento do currículo, sendo elas: linguagens, ciências humanas, e ciências da natureza. É de suma importância que os estudantes desenvolvam habilidades de leitura, interpretação e produção de textos.
- Produção e fruição das artes: de acordo com este macrocampo deverão se desenvolver atividades que incorporem as práticas nas diversas formas de expressão artística, sejam elas: danças, pinturas cinema, teatro, entre outros.
- Cultura corporal: as ações deste macrocampo deverão propiciar práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento da consciência corporal e do movimento, a compreensão da relação entre o corpo e as emoções.
- Línguas estrangeiras: as ações propostas a partir deste macrocampo se desenvolverão por meio do estudo de língua adicional/estrangeira, contemplar atividades que possibilitem experiências de uso da língua com foco no desenvolvimento linguístico-comunicativo-discursivo.
- Participação estudantil: neste macrocampo as atividades deverão estar voltadas para o incentivo à atuação e organização juvenil nos seus processos de desenvolvimento pessoal, social e na vivência política.
- Comunicação, cultura digital e uso de mídias: este macrocampo desenvolve processos para a criação de sistemas comunicativos abertos dialógicos e criativos nos espaços criativos (PARAÍBA, 2013).

Desta forma, cada macrocampo assume um papel fundamental para a melhoria do ensino na escola, assim temos o de Leitura e Letramento que permeia sobre as áreas do conhecimento estimulando o fortalecimento da leitura e da escrita. No de Produção e fruição das artes apresenta em seu contexto o desenvolvimento das habilidades artísticas do aluno, trabalhando temas abordados em sala de aula. O de Cultura Corporal procura trabalhar as

habilidades corporais promovendo a melhor compreensão do corpo e suas emoções, além disso, o de Línguas Estrangeiras possibilita a ampliação de atividades que possam trabalhar com outras línguas e desta forma, promover seu uso, discurso e comunicação.

A voz dos estudantes se faz presente no macrocampo de Participação Estudantil incentivando a participação dos mesmos nas questões pessoais, sociais e na vivência política da escola.

Já o macrocampo de Comunicação, Cultura digital e uso das mídias, o qual visa promover um diálogo com as atividades apresentadas no ProEMI possibilita o fortalecimento na criação de sistemas de comunicação abertos a criatividade no espaço escolar, na sala de aula e nas mais diversas formas de comunicação entre os sujeitos da comunidade escolar.

Mediante as questões apontadas aqui sobre os macrocampos e seus desdobramentos, entendemos a sua inter-relação com o currículo porque este é a parte central de uma rede de interações que contribui com a implementação da PRC (Projeto de Redesenho Curricular), que gradativamente cresce, através dos projetos escolares desenvolvidos pelos macrocampos, que por sua vez são articulados e organizados pelos professores e que favorecem a participação da comunidade estudantil corroborada pelos sistemas de avaliação do MEC.

2.5 DO APOIO TÉCNICO-FINANCEIRO E DA INFRAESTRUTURA PARA ACOMODAÇÃO DO PROEMI

Os recursos financeiros destinados ao ProEMI deverão seguir 3 passos: primeiro o PRC deverá ser elaborado na escola, da qual enviará o mesmo para a Secretária de Educação do Estado, e que por sua vez destinará o projeto para o MEC. Conforme aprovação a parte financeira ficará na responsabilidade do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O processo de aprovação do Projeto de Redesenho Curricular (PRC) muitas vezes é lento, isto se confirma no atraso do repasse de verbas pelo PDDE e também do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), haja vista que se tratando da implantação da Educação em Tempo Integral a alimentação da comunidade estudantil se torna fundamental para a permanência dos alunos na escola. É válido ressaltar que o atraso no repasse de verbas foi percebido no desenrolar desta pesquisa.

- Material de consumo necessário ao desenvolvimento de atividades didático pedagógicas;

- Locação de espaços físicos para utilização esporádica serviços e/ou contratação de serviços de infraestrutura, transporte, alimentação, hospedagem e demais despesas relacionadas à realização de eventos;
- Locação de equipamentos e/ou contratação de serviços de sonorização, mídia, fotografia, informática e outros relacionados à utilização esporádica de equipamentos específicos;
- Contratação de serviços de consultoria de Instituições de Ensino Superior para prestação de apoio técnico e gerencial necessário ao fortalecimento da gestão escolar e ao aperfeiçoamento profissional dos professores;
- Aquisição de materiais didáticos pedagógicos para o desenvolvimento das atividades de ensino e aperfeiçoamento profissional dos gestores e professores;
- Aquisição de equipamentos e mobiliários para o fortalecimento e apoio das atividades docentes e melhoria do ensino, como os destinados a laboratórios de ciências, informática, sistema de rádio-escola, cinema, mídia e outros relacionados à dinamização dos ambientes escolares;
- Aquisição de materiais e bens e/ou contratação de serviços relacionados às tecnologias disponíveis no “Guia de Tecnologias”³ atualizado; e
- Aquisição de materiais e bens e/ou contratação de serviços necessários à adequação dos ambientes escolares relacionados às práticas pedagógicas indicadas nos respectivos projetos (BRASIL, 2014, p.23).

Observados os itens dos quais o programa dispõe como financiáveis torna mais uma vez indispensável à utilização dos mesmos, para promover um espaço de formação em tempo integral, visto que e a escola também deverá dispor de uma estrutura física com “instalações adequadas, espaços e recursos pedagógicos apropriados às dinâmicas de ensino constituem pressupostos condicionantes ao sucesso da aprendizagem” (BRASIL, 2014, p. 28).

Nota-se aqui a importância do apoio técnico financeiro abordando a questão da infraestrutura estabelecida pelo programa. A seguir estaremos destacando a maneira com a qual o corpo docente das escolas se prepara para atuar nesta nova fase de reestruturação curricular.

2.6 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Na proposta de redenho curricular do ProEMI o acompanhamento pedagógico é fundamental para o desenvolvimento do mesmo, visto que, a diversidade de práticas pedagógicas advindas dos macrocampos implicará num processo de interdisciplinaridade que movimentará todo o corpo docente. Dessa forma, organização e planejamento coletivo, além de continuo estarão por promover novas ideias que ajudarão no dinamismo em sala de aula.

O acompanhamento pedagógico deverá dispor de todo o efetivo docente, sendo assim, nesta perspectiva de mudança se faz necessário à presença de um professor que possa estar coordenando as ações deste programa. A partir da escolha do professor articulador, isto feito em comum acordo pelo corpo docente o coordenador assim escolhido deverá participar exclusivamente das ações do programa, obedecendo a uma carga horaria de 40 horas semanais e pertencer ao efetivo da escola. Para tanto o mesmo deverá seguir as seguintes atribuições:

- Desenvolver e implantar estratégias para a sistematização das ideias e ações propostas pelos professores, visando à elaboração do Projeto de Redesenho Curricular (PRC) da escola, em consonância com o Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), as orientações curriculares das Secretarias Estaduais e Distritais e do Projeto Político Pedagógico da escola;
- Promover as articulações curriculares necessárias, internas e externas ao contexto escolar, estabelecidas no Projeto de Redesenho Curricular;
- Coordenar e acompanhar a execução das ações de redesenho do currículo da escola;
- Estabelecer canais permanentes de articulação com a Secretaria de Educação e com outras instituições possibilitando:
- Gestão compartilhada;
- Ampliação dos territórios educacionais;
- Dinamização dos ambientes sócio-culturais existentes na região (BRASIL, 2014, p. 20).

Conforme as atribuições supracitadas torna-se relevante a participação assídua do professor articulador, bem como dos professores que irão compor a equipe pedagógica da escola.

Sendo assim, até então abordamos nesta pesquisa itens relevantes sobre esta política educacional, dessa forma não poderíamos deixar de expor a questão do processo de avaliação dos que se encontram a margem do ProEMI, por quanto a avaliação e acompanhamento do Programa serão realizados pela Secretaria de Educação Básica/MEC, em parceria com as Secretarias Estaduais e Distrital, por meio do Sistema PDE Interativo.

Para tanto, compreendemos a partir da revisão de literatura a definição do Programa e seus objetivos enquanto proposta curricular, as atribuições para implantação do mesmo e sua proposta inovadora, todavia acrescida de êxitos e dificuldades, que serão analisados a partir dos resultados da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE ESTUDO

O estudo ora realizado se caracterizou como estudo de caso mediante abordagem qualitativa, tal estudo visa explicar “alguma circunstância presente (por exemplo, “como” ou “por que” algum fenômeno funciona). Este método também é relevante quando suas questões exigirem uma descrição ampla e “profunda” de algum fenômeno social” (YIN, 2010, p. 24).

A seguir detalharemos o campo de pesquisa, descrevendo os sujeitos, instrumentos de coleta de dados e o tipo de análise.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população e amostra desta pesquisa foram constituídas por três grupos: 20 alunos matriculados no 1º e 2º ano do Ensino Médio, 10 alunos que concluíram seus estudos no ano de 2013, ano em que fora implantado o ProEMI na escola e por último 04 professores da escola pesquisada.

Vale ressaltar que professores e alunos apresentavam uma característica em comum, ambos participaram do processo de implantação do ProEMI.

3.3 LOCAL DE ESTUDO

O estudo sobre o Programa Ensino Médio Inovador adveio a partir das experiências escolares do Programa de Iniciação a Docência (PIBID/SOCIOLOGIA), pois quando realizado um diagnóstico da escola foi oportuno discorrer sobre o tema, visto que a escola aderiu ao programa no ano de 2013 e nem um estudo fora antes realizado para saber se esta política atingiu os resultados satisfatórios. Neste sentido vamos conhecer a escola e os sujeitos que a compõe.

Localizada no município de Serra Branca, Estado da Paraíba a atual E.E.E.F.M Senador José Gaudêncio foi fundada a 08 de março de 1963 com o Curso Ginásial de Comércio Wamberto Torreão. Dentro deste contexto histórico aparece como primeiro administrador escolar o ilustre Pároco do município Cônego João Marques Pereira que em sua

simplicidade volta seu olhar sobre as dificuldades do ensino da região. Neste sentido a referida Escola passa pelo processo de estadualização conforme podemos ver a seguir:

[...] a estadualização da escola acontece no dia 06/03/1975, sob decreto de criação nº 6.450, recebendo o nome de Colégio Estadual de Serra Branca, e a autorização para funcionamento pela Resolução do CEE, nº1. 049, de 05/08/1984. Localizando-se a Rua Boaventura Cavalcante Neto, nº 79, centro, no município de Serra Branca, região carente do cariri paraibano (ESCOLA ESTADUAL..., 2015, p.05).

No ano de 2006 a escola passou por algumas reformas começando a receber auxílios de verbas federais/estaduais do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sete anos se passaram e em 2013 foi assinado o convênio do ProEMI e com o Mais Educação.

Quanto a sua estrutura física a escola possui: 01 cantina com 02 depósitos; 01 quarto para arquivo da secretária; 01 quarto para instrumentos musicais; 01 sala para os professores; 01 guarita; 01 quadra poliesportiva sem cobertura; 08 sanitários para alunos; 02 sanitários para deficientes físicos; 02 sanitários para professores; 02 vestiários (feminino/masculino, com banheiros); Na estrutura externa possui pavilhão e passarelas com áreas livres; recursos físicos e didáticos adequados para acomodação e desenvolvimento das atividades culturais e pedagógicas.

Em sua estrutura administrativa e pedagógica conta com 43 professores, dos quais 29 fazem parte do ProEMI e os demais atuam no Ensino Fundamental II e Ensino Médio EJA, levando-se em consideração que dentre os 43 professores 34 são efetivos, cada qual com capacitação em sua área profissional. Ademais uma equipe gestora composta de um diretor e dois adjuntos, uma supervisora e uma secretária; e 36 funcionários de apoio, sendo 10 efetivos e 26 contratados.

Com a chegada do ProEMI na escola, ano de 2013 ocorreram algumas mudanças tais como: a ampliação do currículo a partir da inclusão de novas práticas pedagógicas, bem como a ampliação no horário escolar, as aulas passaram de 45 minutos a 50 minutos e a adaptação dos espaços e reorganização das turmas.

A partir de tais mudanças ocorreu uma reorganização do espaço escolar, isso é percebido a partir do quadro 01, do qual se observa como ficou a divisão das turmas após implantação do ProEMI.

Quadro 1- Divisão das turmas na Escola

MANHÃ	TARDE	NOITE (EJA)	
ENSINO FUNDAMENTAL			
		1ª ETAPA (1º semestre)	2ª ETAPA (2º semestre)
		1ª A e B 2ª A 3ª A	1ª A 2ª A e B 3ª A
ENSINO MÉDIO INOVADOR	ENSINO MÉDIO INOVADOR	ENSINO. MÉDIO REGULAR (NOITE)	
1ª A – B – C e D	1ª A – B – C e D	1ª SÉRIE A	
2ª A – B – C e D	2ª A – B – C e D	2ª SÉRIE A	
3ª A e B	3ª A e B	3ª SÉRIE A	
TOTAL = 12 TURMAS	TOTAL = 10 TURMAS	TOTAL= 07 TURMAS	

Fonte: Secretaria da Escola Estadual Senador José Gaudêncio

Sobre os alunos é oportuno descrever que o número de matriculados na escola é de 551, visto que, 237 estudam no ensino médio integral, 216 estudam no ensino médio regular e 98 estão matriculados na Educação para Jovens e Adultos (EJA). Referente à comunidade escolar a mesma é caracterizada em sua maioria por uma clientela de baixa renda que sobrevive da agricultura familiar, Planos do Governo (Bolsa Família), serviços públicos e outros pequenos serviços de ordem autônoma.

Quanto ao resultado do ensino-aprendizagem, a escola apresenta boa aprovação de alunos no ensino médio e no vestibular, ainda precisando melhorar o IDEB, conforme percebemos no quadro 02:

Quadro 2- Notas do índice de desenvolvimento da educação

IDEB	2013	2014	2015
NOTAS	3,7	4,1	3,7

Fonte: Secretaria da Escola Estadual Senador José Gaudêncio

Mediante quadro foi observado uma variação das notas que calculam o índice de aprendizagem, isto entre os anos de 2013 e 2015. É importante ressaltar, que no ano de implantação do programa, a escola passou por algumas dificuldades, uma delas foi o atraso no repasse de verbas para o desenvolvimento de projetos na escola, bem como o atraso da

merenda escolar advinda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ao que percebemos a nota do ano de 2013 não foi tão satisfatória comparada ao ano de 2014 que teve uma pequena melhora, haja vista que os recursos financeiros destinados à escola chegaram no tempo propício, do qual promoveu o desenvolvimento de projetos e a participação ativa dos alunos. No ano de 2015 o índice de aprendizagem cai novamente, visto que, a quantidade de atividades escolares deixavam os alunos exaustos dificultando o estudo para as provas, acrescido também da ausência de elementos que tornassem as aulas mais atrativas.

Dessa forma ficou entendido que o objetivo da escola supracitada é de oferecer um ensino de qualidade aos educandos incentivando seu desenvolvimento e promovendo o pensamento crítico e reflexivo dos mesmos.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu no mês de julho de 2015. A aplicação do questionário destinado aos 20 alunos do 1º e 2º ano do EM foi conduzida pela pesquisadora responsável em sala de aula de maneira individual com cerca de 20 minutos cada aluno.

Referente aos 10 alunos que concluíram seus estudos em 2013, ano de implantação do ProEMI, a pesquisadora teve que se deslocar ao domicílio de cada um, sendo este respondido sempre no período da manhã, do qual foi destinado 20 minutos para seus respondentes e realizado também no mês de julho.

Quanto aos professores o questionário foi aplicado na secretária da escola antes da aula começar, destinando 20 minutos para cada professor.

Para realização da pesquisa foi necessário o cumprimento de três etapas. Primeiro a entrega da documentação na direção da escola, solicitação de autorização para realização da pesquisa na instituição de ensino.

A segunda etapa foi à entrega do termo de Consentimento Livre Esclarecido, necessário para que os participantes assinassem, para garantir também o anonimato dos mesmos. E por último a aplicação do questionário, destinado aos pesquisados, tal qual tem por definição: “a técnica de investigação composta, por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, e comportamentos” (GIL, 2012, p.121).

Os questionários de professores e alunos utilizados na pesquisa era semiestruturado, do qual continha um total de dez perguntas para os professores e oito para os alunos, sendo

ambos com perguntas abertas (subjetivas), e fechadas. As perguntas subjetivas deram oportunidades para que os sujeitos pesquisados expressassem pontos de vista dando maior detalhe sobre o que pensam a respeito do tema abordado, neste caso a implantação do ProEMI.

Com a aplicação de questionários dirigida aos professores e alunos, a pesquisa buscou embasamento para reflexão sobre as percepções que os sujeitos supracitados expressam sobre este novo processo de reestruturação curricular.

Neste sentido, o presente estudo foi realizado durante as atividades do Programa de Iniciação a Docência (PIBID/SOCIOLOGIA) atuante na escola, campo da pesquisa.

3.5 TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento dos dados adotado foi à análise qualitativa onde “o pesquisador busca levantar as opiniões, as crenças, o significado das coisas nas palavras dos participantes da pesquisa” (VIEIRA, 2009, p. 5-6).

As opiniões, crenças e significados foram identificadas com base nas escritas dos sujeitos quando descreveram suas experiências, desafios e êxitos com a implantação do PROEMI na escola em Serra Branca/PB.

Para tanto, este tipo de análise nos subsidiou quanto à interpretação dos dados coletados no campo de pesquisa e também proporcionou um olhar mais atento sobre a implementação do ProEMI, quando os sujeitos da pesquisa manifestaram então suas impressões.

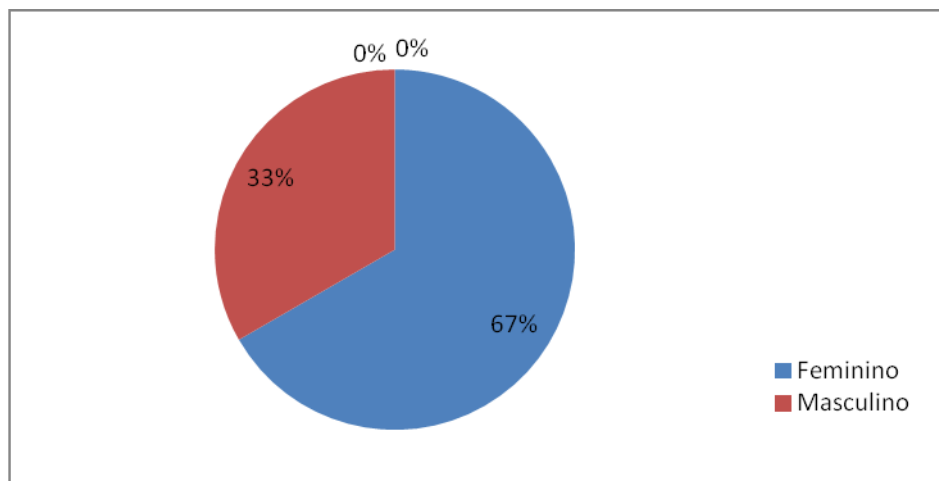
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo sobre a educação em tempo integral é à base do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o ProEMI em Serra Branca-PB, e nesta seção apresentaremos os dados obtidos junto a alunos e professores através de questionário, explicitando as respectivas análises em dois momentos a saberem: no primeiro trataremos os dados do questionário dos alunos e em segundo, o questionário dos professores.

4.1 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS

No que se refere ao perfil dos participantes da pesquisa, especificamente o grupo de alunos contou com 30, os quais estavam distribuídos entre 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. Esta primeira questão teve como objetivo construir o perfil dos participantes, da qual inicialmente destacamos o sexo dos participantes conforme gráfico 01:

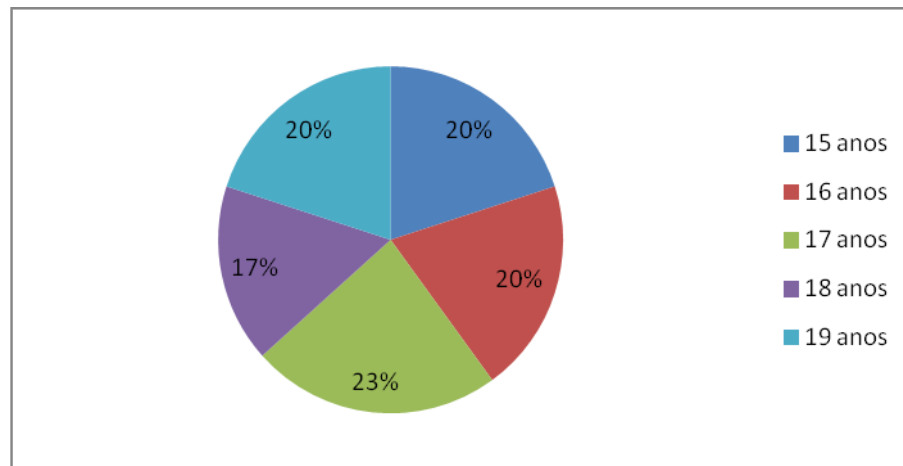
Gráfico 1 - Sexo dos pesquisados



Fonte: dados da pesquisa

Portanto observamos a predominância do sexo feminino com 67% sobre 33% do sexo masculino, transformando em números ficam apresentados como 20 indivíduos do sexo feminino e 10 do sexo masculino.

Sobre a idade dos participantes a questão 02 teve por finalidade identificar a faixa etária dos alunos das três séries do Ensino Médio conforme o gráfico 02:

Gráfico 2 - Idade dos pesquisados

Fonte: dados da pesquisa

A partir do gráfico 02 foi observada a predominância de 23% dos alunos com 17 anos e um percentual de 20% comum entre os alunos com idade entre 15, 16 e 19 anos. Além disso, um percentual de 17% dos alunos com idade de 18 anos também foi considerado. Tais percentuais são identificados em números da seguinte forma: alunos com 17 anos total de 07. Alunos com 15, 16 e 19 anos corresponde um total de 06 para cada, e alunos com 18 anos total de 05.

Vale ressaltar que a meta 3 do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) citado no Documento Orientador ProEmi/MEC, (2014) propõe a universalização do Ensino Médio, já prevista na CF/88 Art. 208. A expansão do ensino destina-se até 2020 para jovens entre 15 e 17 anos, prevendo a taxa líquida de 85% de atendimento para essa faixa etária.

Sendo assim, compreende-se que, conforme o gráfico 02 é perceptível que os alunos com idade entre 18 e 19 anos não estavam mais em conformidade com a meta 3 do PDE.

Apresentado os dados iniciais desta pesquisa, vamos a partir de agora observar as narrativas que esses alunos expressaram sobre a escola em questão. Neste sentido entender suas falas se tornou parte fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, pois suas percepções acerca do ambiente escolar trouxeram à tona o olhar crítico e argumentativo dos mesmos a respeito da educação em tempo integral.

Dito isto a questão 03 tem por finalidade entender os motivos que levaram os alunos a estudar o EM nesta escola, para tanto vamos compreender suas falas conforme o quadro 03.

Quadro 3 – Motivos para estudar na escola

A1 ao A16	Por ser a única escola da cidade que disponibiliza o Ensino Médio
A17 ao A22	Oferece uma ótima qualidade no ensino
A23 ao A25	Necessidade do estudo
A26 e A27	Por ser uma escola com ótimos professores
A28 e A29	Por ser perto de casa
A30	Por falta de opção

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o quadro 03 observou-se que mais da metade dos pesquisados, ou seja, 16 alunos responderam que seu motivo era da escola ser a única do município que disponibilizava o EM. Para tanto 06 responderam que a escola tinha um ensino de qualidade, 03 responderam que tinham a necessidade do estudo, seguido de 02 alunos que responderam que a escola tinha ótimos professores, outros 02 responderam que a escola era perto de seus domicílios e apenas 01 respondeu que não tinha outra opção de escola.

Dessa forma o motivo que sobressaiu entre os alunos foi da escola supracitada ser a única a ofertar o EM na cidade de Serra Branca- PB. Logo podemos associar esta resposta ao pensamento de Motta, (1986), do qual explica que os indivíduos possuem objetivos e expectativas que desejam alcançar e agem, intencionalmente de acordo com suas percepções da realidade. Assim sendo, cada um apresenta um ensejo, que corresponde a sua vida, tal qual foi apresentado no quadro a partir das respostas dos participantes.

Deste modo, o objetivo da maioria dos alunos era de estudar naquela escola, pois era a única que correspondia a sua realidade.

Não distante disso devemos entender que matricular-se em uma escola é antes de tudo responder certa pergunta: Que tipo de ensino esta escola oferece? Ainda mais quando se trata da oferta do ensino médio inovador. Dessa forma, perguntamos aos alunos o sentido em estudar no ensino médio integral.

Quadro 4 – Estudar no ensino médio integral

A1 ao A15	Para aprender mais
A16 ao A23	Por ser a única escola da cidade que oferecia o ProEmi
A24 ao A27	Devido o horário
A28 e A29	Melhor preparação para o Enem
A30	Curiosidade

Fonte: dados da pesquisa

Dentre as respostas, a mais destacada alcançou um número de 15 alunos dos quais responderam que estudando no Ensino Médio Integral os mesmos teriam a possibilidade de aprender mais. Oito responderam que era a única escola da cidade que oferecia o Ensino Médio Integral (ProEMI), seguido de 04 alunos que responderam que foi por conta do horário, ou seja, pelo período integral ofertado. Dois responderam que estudar no Ensino Médio Integral ofereceria uma melhor preparação para o Enem e apenas 01 respondeu que tinha a curiosidade para saber que tipo de ensino era oferecido através do ProEMI.

Dessa forma, o *aprender mais* corresponde ao pensamento de Gadotti, (2013), do qual afirma ser fundamental para a construção do conhecimento, estando o indivíduo aberto a novas aprendizagens, articulando conhecimento, com a prática e com outros saberes.

Tal pensamento estabelece relação entre a resposta dos alunos com a política do ProEmi, pois de um lado o ProEMI apresenta uma proposta inovadora a partir da introdução de novas práticas pedagógicas que movimentará todo o espaço escolar, e do outro lado encontra-se o aluno pronto a receber novas aprendizagens.

Assim sendo, a busca pelo conhecimento no ensino médio integral foi o fator de maior relevância entre os alunos das três séries do Ensino Médio.

Com a implantação da Educação Integral no município de Serra Branca-PB, mudanças aconteceram na forma da escola funcionar, para tanto a questão 5 tem por finalidade entender o que os sujeitos pesquisados responderam sobre o que mais eles gostaram com a chegada deste Programa na escola.

Quadro 5 - O que mais gostou no PROEMI

A1 ao A15	Projetos e danças
A16 ao A21	Não gostou de nada
A22 ao A24	Almoço
A25 ao A27	Aula mais pratica e interativas
A28 ao A30	Carga horária

Fonte: dados da pesquisa

Foi observado que dos 30 alunos pesquisados entre as três séries do EM 15 responderam gostar dos projetos e danças, 06 responderam não ter gostado de nada apresentado, 03 responderam ter gostado do almoço, 03 disseram ter gostado da dinâmica em sala de aula, ou seja, as aulas se tornarão práticas e interativas e 03 afirmaram ter gostado da mudança na carga horária.

Sendo assim, é perceptível que metade dos alunos demonstraram interesse a cerca dos projetos e danças apresentados na política do ProEMI, visto que, tais projetos são os Macrocampos que correspondem ao “conjunto de atividades didático-pedagógicas percebidas como um grande campo de ação educacional e interativa” (BRASIL, 2011, p.14), dos quais promovem a atenção e interesse dos alunos. Dessa forma, podemos entender que as atividades propostas nesta política educacional agradaram uma parcela expressiva dos alunos.

Neste entrelaçar é relevante a partir das narrativas dos alunos compreender seus posicionamentos acerca da qualidade do ensino, tendo em vista a Educação Integral que contempla a inovação da educação a partir da introdução de novas atividades ofertadas pela escola, e é este o objetivo da questão 06 entender segundo os alunos seus pontos de vista sobre a melhoria ou não melhoria do ensino aprendizagem em sala de aula conforme observado no quadro 6:

Quadro 6 – Sobre a qualidade de ensino.

A1 ao A20	Sim. Melhorou
A21 ao A30	Não melhorou em nada

Fonte: dados da pesquisa

Foi observado que dos 30 alunos 20 responderam que a qualidade do ensino melhorou, todavia não justificaram sua resposta, bem como 10 alunos responderam que a qualidade do ensino não melhorou em nada, dos quais também não justificaram sua resposta.

Neste sentido sobressaiu de forma positiva a avaliação dos alunos acerca da Educação Integral, visto que, mudanças aconteceram e corroboraram para a melhoria do ensino, haja vista que a oferta de novas atividades promoveu o estímulo do alunado, pois segundo Silva, (2014) o objetivo do ProEMI é de possibilitar o desenvolvimento de atividades integradoras, as quais articulem as dimensões de trabalho, ciência, cultura e tecnologia com os macrocampos.

Assim sendo, a partir da implantação do ensino médio inovador mudanças aconteceram contribuindo significativamente na qualidade da educação, tal qual, foi fortalecida mediante chegada das atividades integradoras.

Conforme foi percebido muito se falou sobre as novas estratégias de ensino advindas do Programa Ensino Médio Inovador, todavia com que frequência tais atividades eram trabalhadas? Para compor este raciocínio vamos entender com base na questão 07 as

percepções que os alunos expressaram e acerca das habilidades de dança e música conforme o quadro 7.

Quadro 7 - Sobre a frequência das habilidades de dança e música antes e depois do PROEMI

A1 ao A16	Não. Nem antes e nem depois do ProEMI música e dança eram trabalhados na escola
A17 ao A25	Sim. Era pouco trabalhado e o interesse partia mais dos alunos
A26 ao A30	Não. Era mais trabalhado em datas comemorativas com a ajuda de professores da área

Fonte: dados da pesquisa

Mediante quadro foi observado que 16 dos 30 alunos responderam não haver frequência de tais habilidades na escola, esclarecendo que isto não aconteceu nem antes e nem depois do ProEmi, 09 responderam que antes do programa música e dança eram trabalhados sim, no entanto após a implantação do Ensino Médio Inovador a frequência era pouca e o interesse partia mais dos alunos. Ademais 05 responderam que antes do ProEMI não havia tanta frequência nessas habilidades, todavia após o programa era mais trabalhado em datas comemorativas e com a ajuda dos professores.

A predominância nas respostas sobre o desenvolvimento das atividades de dança e música foi apresentada de forma negativa pelos alunos, no entanto vale ressaltar que a meta 7.5 do Plano Municipal de Educação (PME) Serra Branca, 2015 estabelece o seguinte:

7.5) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas no sistema de ensino, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes (SERRA BRANCA - PB, 2015, p.34).

Portanto é observado no explicitado acima que o fomento no desenvolvimento escolar é aplicado, isto em teoria, todavia percebe-se que, na sua prática o efeito é contrário, a prova disto é percebida a partir da resposta dos alunos, quando da não realização de tais habilidades por parte da escola mesmo antes e depois da implantação do ProEMI.

Embasados nesta visão avaliativa dos alunos sobre o Programa de Ensino Médio Inovador, discorreremos até então aspectos relevantes como o porquê de estudar na escola pesquisada, sobre a qualidade de ensino, o que mais gostou nesta política educacional, bem como a frequência e participação dos mesmos em projetos ofertados na escola. Neste sentido,

a questão 08 tem como objetivo apresentar os aspectos negativos expressados pelos alunos acerca do ProEMI conforme o quadro 8:

Quadro 8 - Aspectos negativos do ProEMI

A1 ao A12	Falta de estrutura na escola
A13 ao A21	Aulas mais cansativas
A22 ao A25	Período integral
A26 ao A28	Não enxergavam aspectos negativos no ProEMI
A29 e A30	Falta de aulas mais atrativas

Fonte: dados da pesquisa

A partir do quadro 08 foi observado que dentre os 30 alunos 12 responderam que o aspecto negativo mais relevante descrito por eles, era a falta de estrutura da escola para receber o programa, 09 responderam que as aulas estavam muito mais cansativas, 04 apontaram como aspecto negativo o período integral, 03 não enxergaram nenhum aspecto negativo e apenas 02 disseram haver ausência de aulas mais atrativas.

A falta de estrutura na escola teve grande relevância nesta questão da qual faz referência ao seguinte pensamento de Gadotti: “Quanto à escola ela deve oferecer as condições materiais, físicas, pedagógicas e humanas para criar um ambiente propício à aprendizagem” (GADOTTI, 2013, p.11). Nas palavras do autor a escola deve conter condições favoráveis para o bom andamento e desenvolvimento das atividades realizadas em seu interior.

Assim sendo, na visão da maioria dos alunos, a escola não estava pronta a receber o programa e, portanto, teve que se adaptar com os recursos que nela continha.

Dessa forma a partir da compreensão dos dados aqui apresentados percebeu-se que segundo os alunos a política do ProEMI despertou interesse entre eles, tendo em vista que a proposta do programa era a introdução de novas práticas pedagógicas como os projetos de dança e música, todavia, a utilização dessas atividades não era frequente nem antes e nem depois do ProEMI.

4.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

No primeiro momento desta pesquisa foi realizada a análise do questionário dos alunos, do qual foi percebido as opiniões e questionamentos dos participantes sobre a política educacional do ProEMI. Além do questionário respondido pelos alunos, outro questionário foi

aplicado desta vez, aos professores, neste buscou-se investigar como foi vivenciado o processo de implantação e adaptação do programa e como os mesmos perceberam o ingresso dos alunos na escola.

Dessa forma o questionário foi respondido pela coordenadora e articuladora do ProEMI, e três professoras participantes do programa, ambas do sexo Feminino, com faixa etária que variava entre os 38 aos 54 anos de idade.

Compreendidos os dados iniciais desta pesquisa como perfil e faixa etária das professoras vamos então conhecer suas percepções acerca do ProEMI. Para tanto as professoras responderam ao seguinte questionamento: **Você considera que para haver sucesso no desenvolvimento escolar é necessário a implantação de políticas educacionais como o ProEMI?** Logo as professoras justificaram suas respostas da seguinte forma:

Sim. Embora os programas sejam esquecidos pelos governantes, isto é, implantam sem devida assistência (Professora 01).

Sim. Porque quando é implantado projetos inovadores nas escolas os profissionais em educação principalmente os professores procuram inovar suas metodologias (Professora 02).

Sim. Porque os alunos terão mais tempo na escola para participar dos projetos que as disciplinas proporcionam (Professora 03).

Não. Isto porque não são apenas implantações de políticas educacionais, mas a valorização da educação como um todo. Não basta implantar, equipar a instituição. É de suma importância a capacitação do corpo docente diante do que se é oferecido (Professora 04).

Das quatro professoras 03 responderam que o desenvolvimento escolar depende sim de políticas educacionais como a do ProEMI, ressaltando a possibilidade de inovação nos projetos e metodologias aplicadas em sala de aula, bem como a maior participação e ampliação do tempo na escola por parte dos alunos. Ao mesmo tempo, também foi ressaltada a falta de assistência por parte do governo, pois não adianta implantar políticas deve-se haver a devida atenção para que a mesma possa alcançar resultados satisfatórios. Ademais apenas 01 respondeu que o sucesso no desenvolvimento escolar independe de políticas educacionais, frisando que é de suma importância antes de tudo a capacitação docente diante do que é ofertado, neste caso o ProEMI.

Portanto na visão das professoras políticas educacionais são necessárias, todavia tem seus pesos e contrapesos para que estas possam ser efetivadas, isto é percebido mediante narrativas tais como: *Na falta de assistência do governo* (Professora 01) e também *na capacitação docente* (Professoras 02 e 04). É importante ressaltar que de acordo com a

estratégia 7.1 do Plano Municipal da Educação/Serra Branca-PB, (2015) estabelece o seguinte:

7.1) formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas a melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infra-estrutura física da rede escolar (SERRA BRANCA - PB, 2015, p.34).

Percebe-se então que de acordo com o Plano Municipal de Educação (PME) ações são desenvolvidas para o cumprimento da qualidade da Educação Básica, todavia se não há assistência do governo, com a capacitação docente, com recursos metodológicos de qualidade e uma infra-estrutura adequada torna-se difícil o cumprimento de metas, em específico a do ProEmi.

Quando implantações de políticas educacionais acontecem, mudanças são observadas no interior das escolas, em específico na escola supracitada, que aderiu no ano de 2013 ao Programa de Ensino Médio Inovador, do qual promovia a ampliação do tempo na escola, ou seja, o ensino médio integral. Deste modo foi apresentado o seguinte questionamento: **A mudança realizada no horário escolar depois da implantação do Programa Ensino Médio Inovador proporcionou boa aceitação?**

Sim. Nunca tivemos problema, pois nos preocupamos em conscientizar pais e alunos (Professora 01).

Sim. Aceitação não é sinônimo de sucesso considerando que em outra modalidade de ensino houve mais aproveitamento. Isto pode ser também porque não se consegue resultados de imediato. É um projeto bom e proveitoso. Precisa mais tempo para ver mais resultados (Professora 02).

Não, porque a escola não tem estrutura suficiente. Além disso, não há uma organização de atividades interessantes para os alunos (Professora 03).

Não. No início foi um “choque”, isto é, tudo novo causa um impacto, hoje eu não diria que não há aceitação, apenas precisa de algo a mais na escola para dinamizar as aulas (Professora 04).

A partir das narrativas observou-se que, 02 professoras responderam que a mudança no horário escolar proporcionou boa aceitação, pois o próprio corpo docente promoveu a conscientização de pais e alunos, todavia a aceitação do período integral não pode ser vista como sinônimo de sucesso e só com o tempo poderia se ver resultados satisfatórios ou não.

Para tanto 02 professoras responderam que não houve boa aceitação na ampliação do tempo na escola em virtude da falta de estrutura e atividades que dinamizassem as aulas.

Deste modo é fato que os alunos *foram conscientizados* (Professora 01) sobre as mudanças advindas do programa, porém a *falta de estrutura e elementos que dinamizassem as aulas* (Professoras 03 e 04) foi algo que não surtiu como positivo com a chegada do ProEMI na escola. Neste sentido ao falarmos de educação integral podemos associá-la ao pensamento de Lima, (2013) da qual descreve que:

A educação integral no Brasil tem sido entendida historicamente como educação de permanência de dia inteira, o que compreende uma jornada escolar mais complexa e ampla, sendo enriquecida com possibilidades formativas nas áreas cognitiva, lúdica, cultural e moral. Também tem sido pensada na direção da integração do aluno, visando proporcionar condições de igualdade, acesso e permanência na escola. (LIMA, 2013, p.03).

Logo, compreende-se que segundo a autora a educação integral propõe uma carga horária mais ampla, com diversidade em práticas pedagógicas, promoção e integração do aluno e a igualdade de condições para o acesso e permanência dos mesmos na escola, contudo a partir das narrativas observou-se que, a aceitação na mudança do horário escolar não agradou a todos deixando a desejar em alguns quesitos como: na falta de estrutura da escola para acomodar o ProEMI e a necessidade de elementos que tornassem as aulas mais atrativas.

Se a falta de integração no trabalho escolar foi pontuada pelas professoras, **como elas avaliam o ensino depois da implantação de atividades integradoras a partir do ProEMI?**

Precisa de mais esforço para melhorar os índices que avaliam a aprendizagem (Professora 01).

Em sua totalidade o ensino depende das partes que o compõe, aluno, professor e sistema. O que percebo é que não houve mudanças consideráveis apesar das disciplinas/macrocampos trabalhados. O foco dos envolvidos na educação precisa ser definido (Professora 02).

No meu ver, foi satisfatório, porém os alunos reclamam das atividades diárias, dizendo que não sobra tempo em casa para estudo das provas, uma vez que chegam cansados (Professora 03).

Eu avalio essa implantação como uma melhor oportunidade de aprendizagem desde que exista interesse por parte dos professores como dos alunos (Professora 04).

Mediante narrativas foi observado que 01 professora disse que o ProEMI é uma política que precisa funcionar com a ajuda de todos, em outras palavras professor, aluno e sistema devem esta comungando do mesmo objetivo, a educação, contudo 01 professora

afirmou ser difícil o bom andamento deste programa se não houver interesse das partes que o compõe. Não distante disso outra professora falou que avalia o programa de forma satisfatória, porém a sobrecarga de trabalho atrapalha o aluno deixando este cansado para desenvolver demais atividades ou estudos para provas, e apenas uma respondeu que deve haver mais esforços para que os índices de aprendizagem possam melhorar.

Assim sendo, tais argumentos sobre avaliação do ensino fazem referência ao que Cipriano Luckesi, (2006) afirma em seus estudos sobre a função de propiciar a autocompreensão do educando quanto do educador.

Educando e educador, por meio dos atos de avaliação, como aliados na construção de resultados satisfatórios da aprendizagem, podem se autocompreender no nível e nas condições em que se encontram para dar um salto à frente. Só se autocompreendendo é que esses sujeitos do processo educativo podem encontrar suporte para o desenvolvimento. Como aliados do processo de ensino, educador e educando podem se autocompreender a partir da avaliação da aprendizagem, o que trará ganhos para ambos e para o sistema de ensino (LUCKESI, 2006, p. 176).

Na visão de Luckesi professor e alunos devem manter o diálogo para que desta forma se autocompreendam e alcancem o melhor desenvolvimento para suas atividades. E é isto que se percebe nas falas das professoras *a necessidade de mais esforço para alcançar melhores índices de aprendizagem* (Professora 01), *a definição do foco no que se deseja* (Professor 02) e *a articulação do professor e aluno perante interesse no desenvolvimento do ensino* (Professor 04). Portanto professor, aluno e sistema devem esta articulados, caminhando com o mesmo objetivo que é a boa qualidade educacional.

Ainda falando sobre autocompreensão **será que os macrocampos produziram diálogo e interação entre as disciplinas e os professores da escola?** Tal questionamento pode ser percebido a partir dos trechos a seguir.

Sim. Em termos, falta melhorar a comunicação e planejar projetos realmente interdisciplinares (Professora 01).

Sim. Abre um espaço interdisciplinar possibilitando um diálogo interdisciplinar proveitoso. A percepção deste depende do foco que se dá. Possibilitando um trabalho interdisciplinar real (Professora 02).

Sim. É muito bom, foi através destes que adquirimos o hábito de trabalhar projetos na escola com temas relevantes jamais trabalhados (Professora 03).

Sim. É necessário haver interação de disciplina e professor, principalmente quando se pensa em trabalhar projetos que geralmente são interdisciplinares (Professora 04).

Observou-se então que, das 04 professoras todas responderam que os macrocampos estabeleceram sim diálogo entre as disciplinas e os professores, ressaltando-se que 03 responderam que o trabalho interdisciplinar é proveitoso e através deste diálogo foi adquirido o hábito de se trabalhar temas relevantes na escola, porém 01 respondeu que faltava melhorar a comunicação e o planejamento dos projetos interdisciplinares.

Conforme percebemos a predominância do sim foi relevante tendo em vista que a integração do trabalho escolar existe, e isto se percebe mediante a implantação das novas práticas pedagógicas que são os macrocampos, dos quais produziram um *diálogo interdisciplinar proveitoso* (Professora 02), pois foi *adquirido o hábito de trabalhar temáticas relevantes* (Professora 03), havendo desta forma *a necessidade da interação da disciplina e do professor* (Professora 04). As falas das professoras são relevantes, pois o MEC, (2014), estabelece o seguinte:

As ações dentro de cada macrocampo deverão visar à interação direta com o estudante, podendo também, incluir ações de formação dos professores, de gestão escolar e adequação dos ambientes escolares. É essencial que as ações elaboradas para cada macrocampo sejam pensadas a partir das áreas de conhecimento, contemplando as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM, e envolvendo temáticas diversas por meio do diálogo entre os conteúdos dos diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento (BRASIL, 2014, p. 07).

De acordo com o exposto as ações desenvolvidas pelos macrocampos visam à interação não só do estudante, mas também na formação docente e na gestão escolar. Sendo assim, o diálogo promovido pelos macrocampos produziu boa aceitação por parte das professoras, todavia é fato que o novo causa estranhamento e os resultados do ensino aprendizagem só serão vistos após o processo de adaptação do programa na escola.

Até o momento percebemos que as atividades didáticas pedagógicas produziram diálogos entre as disciplinas e os professores, e **quais foram às contribuições oferecidas pela Educação em Tempo Integral aos alunos?** As professoras expressaram suas opiniões da seguinte forma:

Os alunos têm mais tempo para as atividades escolares e têm a oportunidade de desenvolverem projetos diversos (Professora 01).

Maior contato com os colegas e espaço escolar. Atividades diferenciadas para que o aluno tenha oferta maior de possibilidades para a construção do conhecimento. As contribuições precisam das condições e estas deixam a desejar (Professora 02).

Maior participação dos projetos e maior integração com outros jovens (Professora 03).

O objetivo da Educação em Tempo Integral é oferecer aos alunos a permanência deles na escola para que tenham uma melhor aprendizagem, já que existe oportunidade para tal (Professora 04).

Foi observado que as 04 professoras responderam que as contribuições da Educação Integral foram: a ampliação do tempo na escola, que promoveu um melhor contato dos alunos com outros colegas, e uma melhor aprendizagem, porém 01 ressaltou que as contribuições do programa precisam de condições para o seu funcionamento que deixam por vezes este a desejar.

Na visão das professoras percebeu-se que as contribuições da Educação Integral seguiram por uma mesma linha de pensamento a partir da *diversidade dos projetos* (Professora 01), que por sua vez proporcionou um *maior contato com os colegas* (Professora 02) e, portanto, a *ampliação do tempo na escola* (Professora 04).

Nesta mesma perspectiva Silva, (2014) afirma que o programa de ensino médio inovador estabelece o fortalecimento de propostas curriculares inovadoras, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir sua formação em tempo integral. Dessa forma a educação integral promoveu um maior contato dos alunos, ou seja, uma maior socialização entre eles e segundo Durkheim, (2001) para a Educação existir é essencial que haja esse processo pelo qual aprendemos a ser membros da sociedade. Educação é também sinônimo de socialização.

Percebemos que a narração das professoras acerca das contribuições do ProEMI está em conformidade no que é atribuído acima e o processo de reestruturação curricular colaborou com o fomento de atividades para a melhoria da aprendizagem na E.E.E.F.M Senador José Gaudêncio em Serra Branca/PB.

Ao que percebemos segundo as professoras o processo de reestruturação curricular ofertou contribuições significativas aos alunos, mas para que isso pudesse acontecer é necessário que haja uma capacitação docente continuada. Assim sendo **como funciona o planejamento pedagógico a partir da implantação do ProEMI na escola?** Para tanto as professoras justificaram suas respostas a partir das narrativas abaixo:

Funcionam nas terças, quartas e quintas por área. Nas sextas-feiras funciona um planejamento integrado (Professora 01).

Uma carga horária semanal de 08 horas por área de atuação e 05 horas de planejamento integrando todas as áreas (Professora 02).

Com muita assiduidade, onde todos planejam suas aulas com os professores das áreas e também discutem os problemas surgidos na escola (Professora 03).

O planejamento pedagógico acontece por área durante um dia todo para que os professores possam planejar todas as atividades que irão desempenhar usando metodologias inovadoras (Professora 04).

Conforme percebemos foi recorrente nas respostas das 04 professoras que o planejamento pedagógico é realizado por área, para tanto 01 professora ressaltou que este planejamento acontece mediante carga horária semanal de 08 horas por área de atuação e 05 horas de planejamento integrado. Ademais outra professora falou que existe uma assiduidade por parte dos docentes, onde os mesmos discutem os problemas que surgem na escola.

Observou-se então que o *planejamento por área de atuação* (Professoras 01, 02, 03 e 04) acontece em consonância na escola e que o mesmo se faz necessário para tratar não só das atividades que serão administradas em sala de aula, mas também para tratar de outros assuntos que se apresentam no dia a dia escolar. E é isto que o ProEMI estabelece, tal qual é descrito por Lima, (2013) abaixo:

O ProEMI prevê a realização de reuniões semanais de planejamento, organizadas e coordenadas pelo professor articulador, com o objetivo de promover reflexões em torno dos desafios e buscar soluções para as dificuldades encontradas. As reuniões também cumprem as exigências com relação aos dias de estudo dos conteúdos que serão aplicados em sala de aula, bem como possibilitam a discussão dos problemas específicos dos alunos ocorridos no decorrer da semana, especialmente relacionados ao comportamento, interesse, frequência, rendimento e desempenho. (LIMA, 2013, p. 14).

Assim sendo, na visão da autora o planejamento pedagógico é um importante aliado dos professores, pois sem este não haveria organização dos espaços educacionais, para possibilita a partir do diálogo soluções de problemas ocorridos com os alunos como, por exemplo, rendimento e desempenho escolar.

Observamos com base nos dados sobre a avaliação do ensino, interação disciplinar, contribuições e planejamento pedagógico advindas do ProEMI, que a ampliação de permanência de dia inteiro na escola necessita de um recurso para que o programa funcione integralmente que é a merenda escolar, e **como é executada a política do ProEMI no que se refere a alimentação escolar?** As professoras então responderam:

Há almoço para os alunos, mas à tarde não há lanche (Professora 01).

Eles têm lanche pela manhã, almoço e lanche à tarde (Professora 02).

Muito bem. A alimentação é de boa qualidade e oferece cardápio variado, porém no ano em que a escola aderiu ao programa houve atraso no repasse de verbas da merenda escolar (Professora 03).

A escola oferece a merenda na hora do intervalo e o almoço que por sinal é de boa qualidade, porém alguns alunos preferem ir almoçar em casa e a direção permite (Professora 04).

As professoras responderam de maneira satisfatória como a política de alimentação escolar é administrada a partir do ProEMI, e 01 delas citou que *a alimentação é de boa qualidade*, porém no ano de implantação do programa *houve atraso no repasse de verbas da merenda escolar* (Professora 03). Ademais outra respondeu que *alguns alunos preferem ir almoçar em casa e a direção permite* (Professora 04). Neste sentido Freitas, (2014) ressalta o seguinte:

Para a merenda escolar chegar a uma instituição, a escola recebe recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE foi implantado em 1955 com o intuito de garantir a alimentação escolar dos alunos, através de recursos financeiros, com o objetivo de atender as necessidades nutricionais do alunado enquanto sua permanência em sala de aula (FREITAS, 2014 p. 01)⁵.

Nas palavras da autora fica compreendido que a política de alimentação escolar funciona mediante recursos do PNAE, que traça como objetivos atender as necessidades dos alunos no que se refere à alimentação, e sua permanência em sala de aula, contudo como fins de execução deixou a desejar no ano em que fora implantado o ProEMI na escola, quando este se torna importante e é direito do aluno, visto que a ampliação do tempo na escola requer deste para bem funcionar.

Dessa forma, a política de alimentação escolar do ProEMI, funciona em concordância com o PNAE e os mesmos são vistos de forma satisfatória pelas professoras, da qual corresponde a 03 refeições diárias, sendo ofertados 01 lanche de manhã e outro a tarde, além do almoço que contém *cardápio variado e de ótima qualidade* (Professora 03).

Ao que percebemos a política do ProEMI foi implementada pela escola e os professores realizam o que é proposto pelo programa, todavia se o sistema não corrobora com as ações planejadas pelo ProEMI a escola não consegue alcançar um bom resultado. Dessa

⁵ A referida citação foi retirada do Artigo intitulado “MERENDA ESCOLAR” desenvolvido mediante diagnóstico da E.E.E.F.M Senador José Gaudêncio em Serra Branca/PB, ano 2014. A autora é graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e Bolsista do Programa de Iniciação a Docência PIBID/ SOCIOLOGIA da Universidade Federal de Campina Grande vinculado na Escola em questão.

forma **quais foram os desafios enfrentados da educação integral?** Tal questionamento obteve as seguintes respostas:

Pouco investimento, atraso nas verbas e desinteresse dos alunos (Professora 01).

As condições de trabalho do professor e as condições oferecidas aos alunos não condizem com o que o projeto ProEMI propõe (Professora 02).

Pouca estrutura física impossibilitando a realização de projetos que sejam realizados na quadra por falta de cobertura e falta de internet que deveria ter em todas as salas (Professora 03).

No principio ficamos apreensivos porque eram muitas exigências, mas nos enfrentamos com rigor e conseguimos superar várias coisas que achávamos difíceis, no entanto ainda temos “pedras”, mas nada que não possamos quebra-las (Professora 04).

Foi observado segundo narrativas que 01 professora respondeu que o investimento disponibilizado pelo governo era pouco, além do atraso no repasse das verbas, seguido de outra que respondeu que as condições de trabalho dos professores, e dos alunos não estavam em conformidade com a proposta do ProEMI. Outra respondeu que a falta de estrutura e internet atrapalhava a realização de projetos. Ademais 01 professora falou que no início foi difícil, porém conseguiram superar as dificuldades.

A implantação do ProEMI na E.E.E.F.M Senador José Gaudêncio em Serra Branca/PB não se realizou de forma satisfatória, pois *houve pouco investimento, atraso de verbas, falta de interesse dos alunos e pouca estrutura física que impossibilitou a realização de projetos* (Professoras 01 e 03), tudo isto colaborou para que houvesse a falta de *condições de trabalho do professor bem como nas condições do aluno* (Professora 02) que por sua vez não estavam em conformidade com as propostas do programa, no entanto exigências foram ultrapassadas e desta forma a escola *conseguiu superar varias coisas que achavam ser difíceis* (Professora 04).

Portanto observou-se mediante narrativas que a opinião das professoras sobre os desafios da implantação do ProEMI foi centrada na demora do repasse de verbas para que o programa pudesse funcionar. Para tanto o Art.212, § 3º da Constituição Federal estabelece o seguinte:

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia do padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação (BRASIL, 2011, p.57).

Logo, ao citar este artigo destaca-se que o destino dos recursos públicos é uma prioridade e garantia dada pelo governo, do qual deve atender as necessidades do ensino obrigatório. Nos moldes da lei o custeio de verbas deveria acontecer, todavia não é o que percebemos, pois, o atraso no repasse de verbas foi recorrente nas falas das professoras.

Dessa forma foi observado a partir desta seção às percepções das professoras atuantes do Ensino Médio Inovador, das quais argumentaram sobre os prós e contras desta política e que para sua efetivação tiveram que driblar alguns desafios iniciais como o atraso no repasse de verbas do governo.

Assim sendo, estes foram os dados obtidos mediante análise de questionário aplicado a alunos e professoras da E.E.E.F.M Senador José Gaudêncio a seguir serão apresentadas as considerações finais sobre esta pesquisa, que por sua vez proporcionou o esclarecimento sobre esta política educacional denominada ProEMI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho consideramos que os objetivos da pesquisa foram atendidos, quando conhecemos às percepções de professoras e alunos, sobre o ProEMI, percebemos também que são encontradas dificuldades para que de fato aconteça um Ensino Médio Inovador, como propõe o governo federal e que efetivamente integre o aluno, na escola. Isso se revela a partir do descompasso existente entre a política pública (projetos) e os sujeitos da escola.

Tal descompasso é revelado da seguinte forma: de um lado encontra-se o ProEMI que traz como proposta a inovação através da implantação de atividades integradoras que movimentará todo o espaço escolar, e do outro encontra-se o aluno pronto a receber novas aprendizagens, contudo foi observado que a política do ProEMI deixa a desejar em alguns quesitos como no atraso de verbas para a merenda escolar, acrescido da falta de estrutura da escola para acomodar o programa.

Tais argumentos foram evidenciados através das narrativas de professoras e alunos, dos quais corroboraram para o melhor entendimento desta política. Assim sendo, percebe-se então a criação de um programa que na teoria funciona, mais quando da sua prática deixa a desejar, e isso pôde se evidenciar no decorrer desta pesquisa.

O estudo de caso mediante abordagem qualitativa contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento dessa pesquisa, pois através desta metodologia foi possível entender o olhar crítico e argumentativo dos sujeitos pesquisados perante a qualidade do ensino ofertado pelo ProEMI. Vale ressaltar que não houve empecilho durante a realização da pesquisa, visto que, os estudos preliminares foram construídos durante as atividades do Programa de Iniciação a Docência (PIBID/SOCIOLOGIA) da Universidade Federal de Campina Grande, vinculado na Escola pesquisada.

É importante considerar que o objetivo do ProEMI é de inserir o aluno do EM na escola de tempo integral, apresentando a este a proposta de reestruturação curricular centrada nos eixos norteadores e na integração das disciplinas a partir da inclusão de novas práticas pedagógicas que são os macrocampos. Tudo isto promoveu o desempenho de projetos diversificados na escola e principalmente o planejamento coletivo fazendo desta forma que o programa obtivesse aceitação por parte dos professores e alunos, todavia dificuldades foram percebidas como já explanado, mas a escola conseguiu superá-las.

Neste sentido para que de fato o Programa de Ensino Médio Inovador possa acontecer é necessária à contínua promoção da qualidade educacional, bem como

investimentos na instituição pelos órgãos governamentais. Diante do exposto é importante ressaltar dois aspectos positivos que merecem ser elencados: o espaço do planejamento coletivo dos professores promoveu a interdisciplinaridade e tem permitido a resolução de problemas que surgem no dia a dia em sala de aula. Quanto aos alunos a ampliação da jornada escolar possibilitou o conhecimento de novas práticas pedagógicas, que os deixam de fato exaustos, diante da quantidade de trabalhos, mas que para eles a qualidade do ensino melhorou significativamente.

Portanto pode-se concluir que não existe ensino integral se as partes interessadas como sistema, professor e aluno não estejam a comungar da autocompreensão e participação nos processos educativos.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da pedagogia: Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral Coordenação geral do Ensino Médio, 2011. **Programa Ensino Médio Inovador: Documento inovador**, Brasília, 2011.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral Coordenação geral do Ensino Médio, 2014. **Programa Ensino Médio Inovador: Documento inovador**, Brasília, 2014.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Lisboa. Edições 70, 2001.
- ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SENADOR JOSÉ GAUDÊNCIO: **Projeto Político Pedagógico**. Serra Branca: s.n, 2015.
- FREITAS, Maria da Conceição. **Merenda escolar**. Artigo produzido durante atividades desenvolvidas pelo PIBID do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande. 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de.; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIMA, Lucineide Soares. **O ProEMI na visão dos professores e alunos da EEB. Prof. Aníbal Nunes Pires**. 2013. 18 p. (Especialização em Educação Integral)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOACIR, Gadotti. **Qualidade na educação: Uma nova Abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Cadernos de Formação, 5).
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- MOTTA, Paulo Roberto. **Todo mundo se julga vitorioso, inclusive você: a motivação e o dirigente**. Revista de Administração Pública. Jan./mar. 1986, 20 (1): 117-29.
- PARAÍBA. Secretária de Estado da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador: Documento Orientador**. João Pessoa, 2013.

SERRA BRANCA - PB. **Plano Municipal de Educação**. Serra Branca: Secretaria Municipal de Educação, 2015-2025.

SILVA, Edilza de Oliveira. **Implantação, assimilação e acomodação do ProEMI na Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz, em Sumé Paraíba**. 2014. 83 p. (Especialização em Fundamentos da educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares)- Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 17-ed. Campinas: Papirus, 2004.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIVEIROS JÚNIOR, Antonio Francisco. **Ih!Novador: O olhar dos professores sobre uma política do ensino médio**. 2013. 114 p. Dissertação (Mestrado Educação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4.ed. Porto Alegre : Bookman, 2010.

**APÊNDICE A - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Solicitação de Autorização para Pesquisa Acadêmico-científica

Através do presente instrumento, solicitamos ao Gestor (a) da E.E.E.F.M. Senador José Gaudêncio a autorização para realização de pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da acadêmica Wilza Borges de Souza orientada pela Prof^a Dr^a Maria da Conceição Gomes de Miranda, tendo como título preliminar **“ENTRE A DOCÊNCIA E A DISCÊNCIA: EXPERIÊNCIA, OLHARES E PERCEPÇÕES DO PROEMI NA ESCOLA ESTADUAL SENADOR JOSÉ GAUDÊNCIO EM SERRA BRANCA/PB”**. A coleta de dados será feita através da aplicação de questionários.

A presente atividade é requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem autorização final da Instituição campo de pesquisa.

PROF^a. ORIENTADORA

Assinatura e carimbo do gestor (a)

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO
LIVRE ESCLARECIDO.**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr. (a)

Eu, Wilza Borges de Souza, aluno (a) do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, pretendo desenvolver uma pesquisa com alunos e professores da E.E.E.F.M. Senador José Gaudêncio em Serra Branca/PB, a pesquisa é inicialmente intitulada: **“ENTRE A DOCÊNCIA E A DISCÊNCIA: EXPERIÊNCIAS, OLHARES E PERCEPÇÕES DO PROEMI NA ESCOLA ESTADUAL SENADOR JOSÉ GAUDÊNCIO EM SERRA BRANCA/PB”**. Com o intuito de diagnosticar as condições de aceitação deste programa no âmbito escolar, a partir das percepções de professores e alunos sobre este novo Ensino Médio e como se desenvolveu o planejamento pedagógico neste período de acomodação do ProEMI sob a orientação da Prof.^a Maria da Conceição Gomes de Miranda (responsável).

Os motivos os quais despertaram o interesse em estudar esse assunto é de conhecer como esta sendo executada a atual política educacional proposta pelo MEC, através do ProEMI. Sua participação é voluntária, não irá acarretar em qualquer dano nem custo para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão apenas divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Maria da Conceição Gomes de Miranda
Prof.^a Dr.^a. Orientadora

Wilza Borges de Souza
Aluna Pesquisadora

Consentimento do Voluntário

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu _____ aceito participar desta pesquisa desde que assegurando o anonimato. Da minha parte o faço de livre e espontânea vontade, tendo sido forçado (a) ou coagido (a) para tal, e ciente de que os dados usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos. Estou ciente também que receberei uma cópia deste documento.

Sumé, _____
Assinatura do Participante

Endereço da pesquisadora responsável

Rua Joaquim de Andrade Gaião, 10- Centro- Serra Branca –PB- Cep: 58580-000, Telefone para contato: (83)99649-2961 Email:wilza28@gmail.com

**APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA OS
PROFESSORES**

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

1. Idade

2. Sexo Masculino () Feminino ()

3. Você considera que para haver sucesso no desenvolvimento escolar é necessário a implantação de políticas educacionais como o ProEMI? Justifique sua resposta

Sim () Não ()

.....

4. A mudança realizada no horário escolar depois da implantação do Programa Ensino Médio Inovador proporcionou boa aceitação? Justifique sua resposta:

Sim () Não ()

.....

5. Como você avalia o ensino depois da implantação das atividades integradoras do ProEMI?

.....

6. Os macrocampos produzem dialogo e interação entre as disciplinas e os professores da escola? Explique

Sim () Não ()

.....

7. Quais as contribuições oferecidas pela Educação Integral aos alunos?

.....

8. Como funciona o Planejamento Pedagógico a partir da implantação do ProEMI na escola?

.....

9. Como é executada a política do ProEMI no que se refere a alimentação escolar?

.....

10. Quais os desafios enfrentados da educação em tempo integral?

.....

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

1. Idade ()

2. Sexo Masculino () Feminino ()

3. Quais foram os motivos que o levaram a estudar nesta Escola?

.....
.....

4. Por que você optou por estudar no Ensino Médio Integral?

.....
.....

5. Diante das mudanças ocorridas na escola com o ProEMI o que você mais gostou?

.....
.....

6. As atividades e conteúdos ministrados pelos professores em sala de aula ganharam mais qualidade?

.....
.....

7. As habilidades de dança e música eram frequentes antes do ProEMI? E como esta sendo trabalhado?

.....
.....

8. Quais aspectos negativos do ProEMI na escola?

.....
.....